

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 92

Data: 16 de abril de 1985

Pg.: _____

(Lucio Flavio Pinto)

4468

Por trás do balanço (2)

A opinião pública discutiu intensamente o esquema de condução do Projeto Jari por um único proprietário estrangeiro, que teria como herdeiro uma controversa fundação estabelecida na Suíça, de cujas 39 cotas uma ficaria com o próprio governo suíço. Mas deixou de discutir o arranjo executado em 1982 para permitir a transferência do controle acionário do Jari para um conglomerado de 23 entre as maiores empresas nacionais.

Além dos problemas técnicos, econômicos e financeiros que o negócio arquitetado por Daniel Ludwig engendrou, o Projeto Jari, por suas características territoriais e administrativas, exigia cautelas políticas. Boa parte das críticas feitas mostrou-se inteiramente procedente. Deixar que Ludwig realizasse todos os seus planos (duplicação da capacidade produtiva de celulose, adição de uma unidade de papel de imprensa, instalação de uma planta de alumínio, construção de uma hidrelétrica particular, complexo madeireiro, expansão dos plantios, etc), significaria aceitar a formação de uma fonte de poder autônomo e o risco de vir o Tesouro Nacional a responder, no futuro, por custos financeiros insuportáveis, tendo em vista o aval dado (e cobrado nos novos empreendimentos) pela União.

Era preciso realmente evitar que os equívocos de concepção e execução do projeto produzissem todos os seus efeitos. Mas o eficiente lobby armado pelos controladores seguintes do empreendimento desestimulou a sociedade de realizar a tarefa complementar: o exame do arranjo que permitiu a empresários nacionais, à frente Augusto Trajano de Azevedo Antunes, assumir o Jari.

A empresa estava próxima do colapso. As receitas de venda eram insuficientes, mesmo com as melhores providências administrativas e gerenciais, para cobrir os custos operacionais, além do que agravado pelas despesas financeiras. Essas dificuldades foram agravadas

ainda mais pela conjuntura de preços desfavorável. Os prejuízos acumulados pela Companhia Florestal Monte Dourado até o ano passado somaram 411 bilhões de cruzeiros. É um encargo que não pode ser minimizado.

O balanço e o relatório da direção da companhia procuram demonstrar que este desafio está bem enquadrado e será ultrapassado. Como aval, apresenta os resultados alcançados no exercício passado, que a correção das cifras de 1983 (através das ORTN's) se incumbem de destacar ainda mais.

Assim, em 1984 foi realizado "o maior plantio anual" da história da Jari, abrangendo quase 18 mil hectares. A pesquisa florestal foi reativada. Alterações tecnológicas no processo industrial permitiram a redução do consumo de madeira por tonelada de celulose produzida, menor consumo de óleo combustível e maior produtividade.

O lucro operacional pulou de seis bilhões para 46 bilhões de cruzeiros entre 1983 e 1984, mas a redução do prejuízo líquido, que ficou em 15,5 bilhões (contra 250 bilhões no ano anterior), foi superdimensionada contabilmente. Observam os auditores independentes que o prejuízo do exercício "está demonstrado a menor por cerca de CR\$ 29 bilhões". Ao invés de 15 bilhões, foi de 44 bilhões. O de 1983, a preços históricos, foi de 79 bilhões (atualizado, vai para os 250 bilhões citados no balanço deste ano).

Sem contar o novo empréstimo de longo prazo, no valor de 25 milhões de dólares, contraído junto ao City Bank para financiar o capital circulante da empresa (que começará a ser pago neste ano, estendendo-se até 1990, com juros de 2,25% acima da taxa Libor — pesado, portanto), os resultados obtidos pela Jari só se tornaram possíveis com a maciça colaboração do poder público.

O BNDES e o Banco do Brasil aplicaram no projeto 300 bilhões de cruzeiros, tendo como retorno ações com remuneração transferida para um futuro imprevisível (embora prioritária) e com pouquíssimo poder administrativo na companhia, apesar do volume das subscrições.

Além disso, a Jari já começou a receber recursos do Fiset, o fundo estatal de reflorestamento administrado pelo IBDF. A Fundação SESP assumiu os serviços médico-hospitalares da área, diminuindo os custos sociais da empresa. O BNH aprovou projeto para financiar a compra de casos pelos funcionários, indenizando a empresa por investimentos feitos em vilas residenciais. Eletrobrás e Eletronorte participam de estudos visando o suprimento do projeto por energia hidrelétrica.

A soma de tudo isto poderia caracterizar o que o jornal "O Estado de S. Paulo" costuma chamar de "negócio especial", carregando nas tintas do qualificativo. Pode não haver nada de irregular ou mesmo de inconveniente nesse negócio, mas normalmente esse é um tipo de investimento social, aplicado em programas de desenvolvimento e não propriamente em um empreendimento privado.

É claro que o governo só se decidiu a realizar esse investimento porque o Jari representa hoje um ativo de dois trilhões de cruzeiros, engravado no meio da selva, e porque o próprio governo está nele mergulhado sob várias formas. Tem responsabilidades nas contas do ativo e do passivo. Mas elas não estão fechando harmonicamente: as pesadas exigências feitas ao poder público não têm correspondência aos direitos que lhe foram conferidos. E a opinião pública tem sido mantida à margem dessa transação. O que deve ser urgente e profundamente reavaliado nesta fase de transição.